



AMAZÔNIA 2.0

Conectado
por nossas
florestas

Plano orientador para o monitoramento territorial em Terras Indígenas e Unidades de Conservação



© CPI-Acre

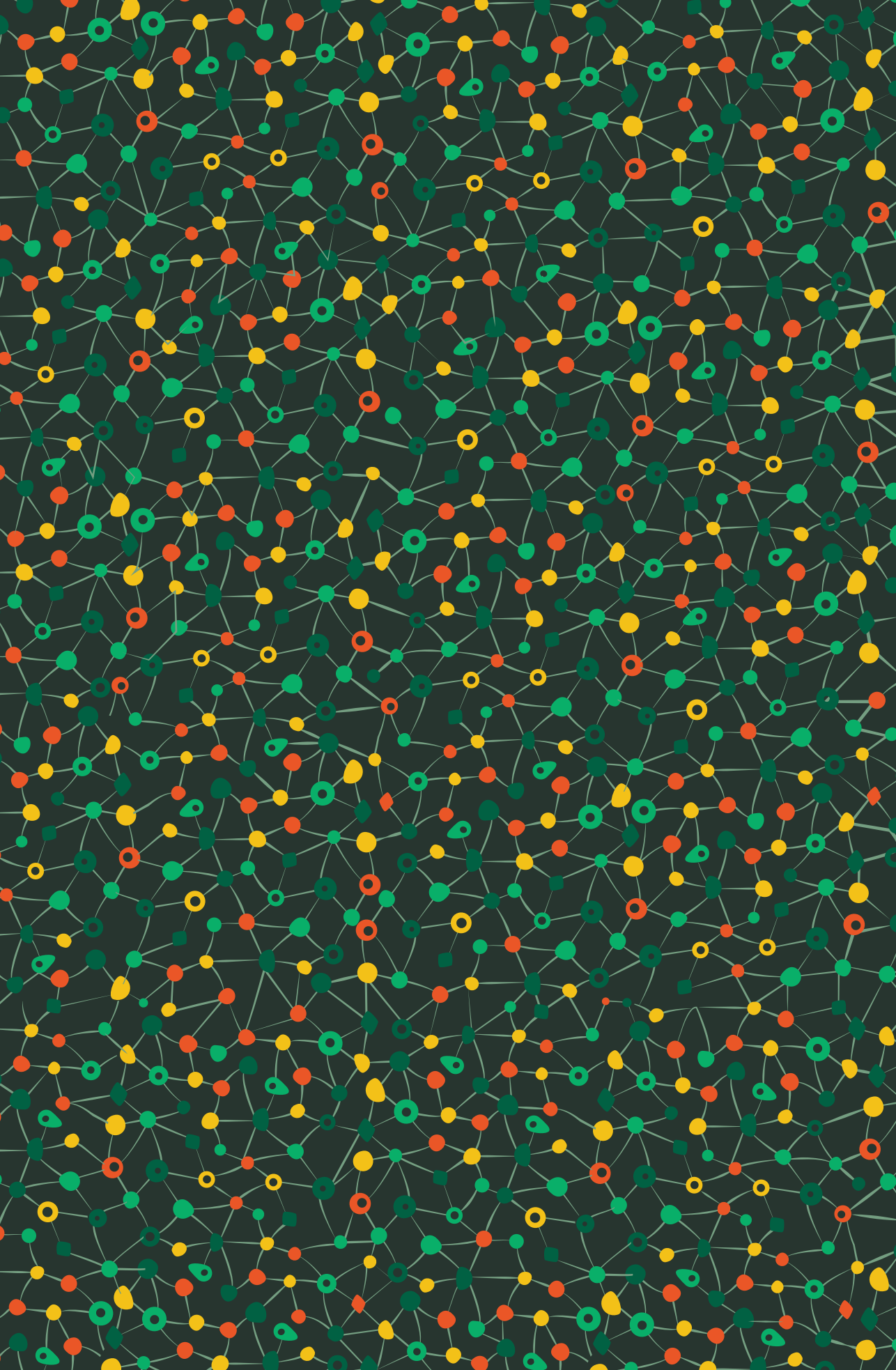
Financiado por



União Europeia



Parceiros



Índice

- 05** Apresentação
- 07** Introdução
- 09** Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial
- 13** Conceito de Monitoramento de Base Comunitária
- 16** Antecedentes sobre Sistemas de Monitoramento Existentes
- 21** Motivações do Monitoramento
- 24** Considerações para a Criação, Formação e Consolidação do Monitoramento
- 29** Instrumentos de Gestão do Monitoramento
- 32** Atividades de Monitoramento a serem Desenvolvidas pelos Monitores
- 34** Alvos de Monitoramento
- 39** Plano de Monitoramento
- 42** Aspectos logísticos
- 45** Sustentabilidade financeira
- 48** Desafios e Conclusão

Autor

Stoney do Nascimento Pinto

Revisão

Carolle Alarcon
Ana Cláudia Salomão
Carla Navarro

Design editorial

Thiago Oliveira Basso

Avisos Importantes

Este documento foi viabilizado com a ajuda financeira da União Europeia. Os conteúdos deste documento não representam necessariamente a opinião da União Europeia e podem ser usados por qualquer pessoa, contanto que seja reconhecida a autoria do UICN (Amazônia 2.0). Isto não representa uma licença para realizar uma releitura ou revenda de qualquer informação relatada neste relatório. Documento final validado com o feedback do Produto 4, com especial ênfase no plano orientador para o monitoramento territorial em Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

© 2020 UICN. Todos os direitos reservados.



Lista de acrônimos e abreviaturas

- APs** – Áreas Protegidas.
- AAFI** – Agentes Agroflorestais Indígenas.
- AMAAIAC** – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.
- CFPF** – Centro de Formação dos Povos da Floresta.
- CGETNO** – Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento.
- CGGEO** – Coordenação Geral de Geoprocessamento.
- CGMT** – Coordenação Geral de Monitoramento Territorial.
- CNPI** – Comissão Nacional de Política Indígena.
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- CPI-ACRE** – Comissão Pró-Índio do Acre.
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio.
- GATI** – Gestão Ambiental e Territorial Indígena.
- GTI** – Grupo de Trabalho Interinstitucional.
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente.
- OEMAs** – Organizações Estaduais de Meio Ambiente.
- PA** – Projeto de Assentamento.
- PE** – Parque Estadual Chandless.
- PGTAs** – Plano(s) de Gestão Territorial e Ambiental.
- PNMA** – Política Nacional de Meio Ambiente.
- PPA** – Programa de Gestão Ambiental.
- RECM** – Reserva Extrativista Chico Mendes.
- REDD+** – Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal.
- SEMA** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente.
- SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena.
- SISA** – Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais.
- SISNAMA** – Sistema Nacional de Meio Ambiente.
- TIs** – Terra(s) Indígena(s).

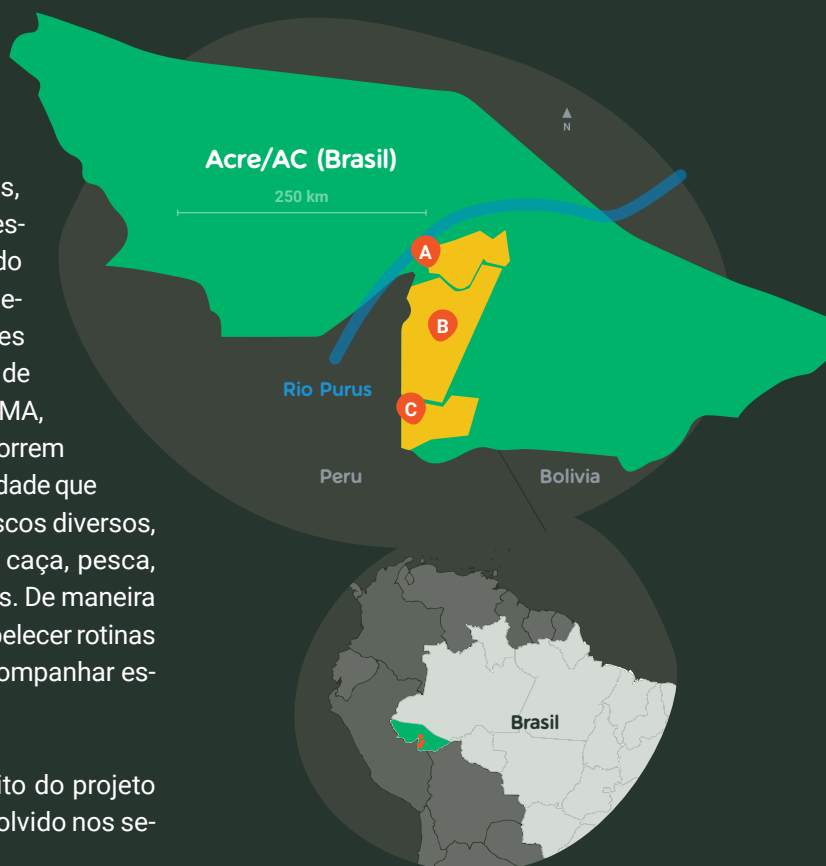
Apresentação

O Plano Orientador para o Monitoramento em Terras Indígenas e Unidades de Conservação busca reunir as ferramentas metodológicas utilizadas para ações de proteção das Terras Indígenas (TIs) e das Unidades de Conservação (UCs), baseado nas diversas experiências existentes no estado do Acre. Costumeiramente, os povos indígenas que habitam as florestas do Acre possuem uma ligação intrínseca com seus territórios e por isso preservam e fazem o uso dos seus recursos de maneira muito inteligente e sustentável.

O Acre possui um território com 16.422.136 hectares (ha), dos quais 7.774.440 ha, ou 47,3% do Estado é composto por Áreas Protegidas (Federais, Estaduais e Municipais). Destas, cerca de 14% é destinado para os povos indígenas desenvolverem suas atividades de acordo com seus modos de vida, cultura e tradição (SEMA, 2020). Entretanto, ainda ocorrem situações de alta vulnerabilidade que expõe esses territórios à riscos diversos, como invasão, ocupação, caça, pesca, retirada de madeira e outros. De maneira que se faz necessário estabelecer rotinas de monitoramento para acompanhar essas ações.

O monitoramento no âmbito do projeto Amazônia 2.0 será desenvolvido nos seguintes territórios:

- a Terra Indígena Mamoadate** com uma extensão de aproximadamente 314 mil ha e apresentando um total de 16 aldeias das etnias Manxineru e Yaminawa;
- b Terra Indígena Alto rio Purus** com cerca de 261 mil ha distribuídos em 45 aldeias das etnias Huni Kui e Madijá;
- c Parque Estadual Chandless** com mais de 695 mil ha, e 12 famílias ribeirinhas.





O Parque Estadual Chandless e a Terra Indígena Mamoadate contam com o trânsito de indígenas em isolamento voluntário. Essas três áreas protegidas brasileiras configuram-se numa área contínua de maciço florestal com mais de 1 milhão de hectares, com desmatamento acumulado de 0,28%. Estas Áreas Protegidas (APs) fazem parte de 4 municípios acreanos (Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Assis Brasil e Sena Madureira), sendo ainda constituintes da bacia hidrográfica do rio Purus e limítrofes à fronteira Brasil, Peru e Bolívia.

O Plano Orientador para o Monitoramento possibilitará a integração de metodologias e informações que nortearão as atividades de monitoramento, muitas dessas já desenvolvidas nos territórios de abrangência do projeto, como é caso da TI Mamoadate que já possui um roteiro indicativo das ações de Monitoramento desenvolvido de forma participativa pela comunidade no âmbito do Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA) da TI (MONTE, GAVAZZI & SENA, 2015).

O diagnóstico elaborado para o projeto sugere que para mitigar algumas das ameaças diagnosticadas, a estratégia principal do projeto incida no fortalecimento das capacidades técnicas dos 16 monitores locais escolhidos pelas comunidades para que possam realizar atividades de vigilância no interior dos

territórios visando coibir as ameaças; bem como, demarcar fisicamente os territórios em zonas que já estão mapeadas pela população, como apontado nos planos de vigilância elaborados pelas comunidades.

É de entendimento comum que o monitoramento, no primeiro momento, realizará um diagnóstico pormenorizado, documentado e com informações qualificadas no decorrer do ano de 2020,

onde haverá bons subsídios para a tomada de decisões que permitam uma atuação assertiva por parte das instituições que fazem a gestão da desses territórios.

É muito importante que os resultados do monitoramento sejam reconhecidos como ferramenta de gestão. Para isso será necessário construir um banco de dados qualificado e que possa ser acessado por diferentes instâncias de gestão. É ainda recomendado que se defina um protocolo de acesso à informação, onde a própria comunidade defina em que níveis as diferentes informações serão acessadas.

OCORREM SITUAÇÕES DE ALTA VULNERABILIDADE QUE EXPÕE ESSES TERRITÓRIOS À RISCOS DIVERSOS, COMO INVASÃO, OCUPAÇÃO, CAÇA, PESCA, RETIRADA DE MADEIRA E OUTROS



© Sergio Garrido / Parque Estadual Chandless

Introdução

Este documento tem como objetivo reunir informações que possibilitarão executar as ações de monitoramento previstas no projeto Amazônia 2.0 no Brasil. As ferramentas metodológicas utilizadas para ações de monitoramento nas terras indígenas e unidade de conservação, foram definidas com base em algumas experiências existentes no estado do Acre, como é o caso do Projeto Sinal Verde na RESEX Chico Mendes (SABOGAL, 2015).

O Plano de Monitoramento será implementado em terras indígenas e unidades de conservação, possibilitando a integração de metodologias e informações referentes a estes territórios, gerando conteúdo geoinformado sobre as ameaças que cercam esses povos e comunidades que vivenciam diariamente a realidade da pressão externa sobre suas florestas e territórios.



Dessa forma o monitoramento que será desenvolvido pela própria comunidade é definido como sendo de base comunitária fazendo parte das diversas metodologias desenvolvidas e trabalhadas dentro de organizações indígenas e ou de comunidades tradicionais para promover ações de monitoramento e até prestar assistência técnica dentro de suas comunidades. No caso do estado do Acre o monitoramento estará diretamente ligado à implementação dos Planos de Gestão Territorial Ambiental (PGTA) no caso das TI, ou aos Planos de Manejo sustentável de florestas e territórios, no caso das UC, uma vez que são esses os instrumentos oficiais para a gestão dos territórios.

O monitoramento é liderado, geralmente, por membros das comunidades e muitas vezes recebem suporte técnico de outras organizações, as quais exercem papel secundário. Os membros são responsáveis por apoiar as decisões políticas nas comunidades a qual pertencem, exercendo papel de liderança. Para o estado do Acre serão selecionados monitores comunitários e monitores indígenas, num processo participativo e transparente, conduzido pela equipe técnica do projeto e num passo posterior validado pela comunidade. Costumeiramente, os povos indígenas que habitam as florestas do Acre possuem uma ligação intrínseca com seus territórios. O estado do Acre possui cerca

de 14% de seu território destinado para os povos indígenas desenvolverem suas atividades de acordo com seus modos de vida, cultura e tradição. Entretanto, assim como na maioria dos TI, ainda ocorrem situações de alta vulnerabilidade que expõe esses territórios à risco diversos, como: invasão, ocupação, caça, pesca, retirada de madeira e outros. De maneira que se faz necessário estabelecer rotinas de Monitoramento para acompanhar essas ações.

O Monitoramento comunitário é uma iniciativa inovadora que permite ações diretas

para o manejo e uso dos recursos naturais pois supervisiona e exerce o controle social dentro desses territórios. Ele nasce com o objetivo de fortalecer os mecanismos de respostas dos povos indígenas e comunidades locais,

visando garantir seu bem-estar de forma independente, salvaguardando os seus direitos territoriais e administrando seus recursos naturais (bens e serviços).

Para essa iniciativa o monitoramento será feito preferencialmente por indígenas que vivem e desenvolvem suas atividades costumeiras nas aldeias e por comunitários que moram no Parque Estadual Chandless. O monitor comunitário será eleito pelas organizações de base de cada território

O MONITORAMENTO SERÁ FEITO PREFERENCIALMENTE POR INDÍGENAS QUE VIVEM E DESENVOLVEM SUAS ATIVIDADES COSTUMEIRAS NAS ALDEIAS E POR COMUNITÁRIOS QUE MORAM NO PARQUE ESTADUAL CHANDLESS



© iStockphoto

Instrumentos de gestão ambiental e territorial

As discussões sobre monitoramento em terras indígenas surgem a partir da implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, criada por meio do Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012, foi construída com a participação dos povos indígenas e visa reconhecer e apoiar a gestão ambiental e territorial que já é realizada por estes

povos em suas terras. Essa política pública cria espaço e traz oportunidades para que povos indígenas e o Estado dialoguem em torno de um objetivo comum e aliem suas forças para o enfrentamento das dificuldades e desafios que os povos indígenas brasileiros enfrentam nos dias de hoje (BAVARESCO & MENEZES, 2014).



Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - PNGATI

(BAVARESCO & MENEZES, 2014)

A fiscalização em terras indígenas é um conjunto de ações de comando e controle atribuídas ao Estado, com objetivo de coibir atividades ilícitas. Elas são desenvolvidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o apoio de parceiros, e visam garantir aos povos indígenas o usufruto lícito e exclusivo dos recursos naturais nelas existentes, conforme previsto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988. As ações ilícitas que ocorrem no entorno, mas que causam impactos nas terras indígenas, também são monitoradas pela Funai, que aciona os órgãos competentes, para as devidas providências.

Ações de controle são aquelas previstas na legislação brasileira e atribuídas diretamente ao Estado, atendendo às situações em que as condições territoriais e ambientais das comunidades e terras indígenas foram alteradas, interferindo no uso tradicional destinado às mesmas.

As ações de fiscalização nas terras indígenas são realizadas somente por servidores da FUNAI e órgãos com competências específicas, sem a participação de indígenas. As principais atividades de controle realizadas pela fiscalização são: (i) combate ao desmatamento e ao corte seletivo das florestas; (ii) combate à mineração – que não está regulamentada pela legislação brasileira; (iii) repressão à caça e pesca ilegal; e (iv) invasões.

Entre os órgãos parceiros com competências específicas, destacam-se a Polícia Federal, nas atribuições de polícia judiciária; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nas ações de competência ambiental; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), nas áreas sobrepostas à Unidades de Conservação, e as Polícias Militares dos estados, na ocorrência de crimes contra indivíduos

Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs

(BAVARESCO & MENEZES, 2014)

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas são importantes ferramentas de implementação da PNGATI, podendo ser definidos como instrumentos de caráter dinâmico, que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a

melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Estes Planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como



ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Os PGTA têm o potencial de contribuir para valorizar o conhecimento dos povos indígenas sobre o seu território; para a transmissão de conhecimento entre gerações; para a redução de conflitos internos e o estabelecimento de acordos para gestão das terras indígenas; para auxiliar os processos de reivindicação da defesa e proteção do território e seus recursos naturais; para promover a utilização sustentável dos recursos naturais; para gerar alternativas econômicas e de geração de renda; para a redução das ameaças sobre as terras indígenas; para contribuir para a qualificação das reivindicações fundiárias indígenas; para o fortalecimento das organizações indígenas; para as melhorias nos processos relacionados à educação, saúde e promoção social; para a ampliação do diálogo com instituições governamentais e não-governamentais e para a promoção do protagonismo e da autonomia dos povos indígenas.

PGTA Terra Indígena Mamoadate

Entre os anos de 2005 e 2010 foram realizadas discussões que materializaram o PGTA e etnozoneamento da TI com apoio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), e depois, em 2015, em duas oficinas com a CPI-Acre, atendendo à PNGATI, o instrumento de gestão foi

atualizado. Assim, em 2016 foi concluído o Plano de Gestão da TI Mamoadate, e se iniciou a elaboração do seu Protocolo de Consulta, que foi concluído em 2017 e ao longo dos anos, foram implementadas diversas ações constantes do seu PGTA.

Com relação as pressões e ameaças ao território, foram mapeados 4 tipos de invasões quando, considera-se ilícitos no interior da TI, segundo consta no PGTA e planos de vigilância realizados no advento do projeto Proteção Florestal em TIs do Acre, no âmbito da SEMA, com apoio do Fundo Amazônia, sendo elas:

- Aquelas realizadas por traficantes de drogas que costumam descer pelo igarapé Abismo, tendo chegado a estabelecer uma clareira nas imediações desse igarapé; ou pelas cabeceiras do rio Iaco, do lado peruano, e atravessam todo o rio Iaco, que corta a TI.
- Invasões eventuais de caçadores e pescadores.
- Invasões eventuais de pessoas para extrair madeira.
- Invasões de pessoas estranhas, chamadas por eles de “marginais”. Há suspeita de serem presidiários fugidos da Penal que acabaram se escondendo dentro da TI. Eles já identificaram três desses fugitivos na TI e essas pessoas têm gerado um clima de tensão, porque mesmo não tendo armas de fogo, carregam armas brancas.

PGTA Terra Indígena Alto Purus

Em 2012, com apoio da SEMA os indígenas da TI Alto Purus elaboraram seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Em 2015 foi elaborado o regimento interno da TI e em 2018 este documento foi atualizado. Estes documentos foram elaborados com o apoio da FUNAI. A partir desses instrumentos foram implementados subprojetos produtivos e de proteção territorial, com apoio da FUNAI, do Governo Estadual e da CPI-Acre.

Por estar nas áreas limítrofes à província da Puerto Esperanza no Peru, do município de Santa Rosa do Purus no Brasil e do Projeto de Assentamento Santa Rosa, as principais ameaças diagnosticadas pelos indígenas a partir do PGTA 2012 e Plano de Vigilância elaborado em 2016, são:

- Invasões de pessoas à terra indígena para pescar;
- Extrair madeira e
- Caçar.

Por isso, segundo o expresso no PGTA, precisam de apoio para:

- Reabertura de picada e sinalização da Terra Indígena do Alto Rio Purus.
- Capacitação e reconhecimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas.
- Equipamentos e materiais para fazer a vigilância na TI.
- Planejar as ações de vigilância e fiscalização da Terra Indígena Alto Rio Purus junto às instituições do poder público.

Ainda referente a questão de monitoramento e proteção territorial, mencionaram a necessidade de parcerias com a gestão do Parque Chandless pois “Madijá já caçava e pescava lá” e por ser uma área de importância estratégica, haja vista a baixa ocupação atual que fazem da parte sul da TI e por entenderem que é uma reserva para uso futuro caso a demografia aumente muito, por exemplo.





© Leilane Marinho

Conceito de monitoramento de base comunitária

O monitoramento a ser desenvolvido nas Terras Indígenas Mamoadate e Alto Purus e Parque Estadual Chandless será de base comunitária, podendo receber suporte técnico de outras instituições.

O personagem principal é o monitor comunitário, que é quem desenvolverá a atividade de monitoramento e reporte da informação.



Monitor Comunitário e Monitor Indígena

É a instância técnica criada para trabalhar nas comunidades indígenas e tradicionais, fazendo parte da equipe que desenvolve as atividades de monitoramento dentro dos territórios. Essa equipe pode ainda fazer parte da organização local e promover a incidência política nas tomadas de decisão por meio das informações coletadas no monitoramento. Os monitores podem, ainda, assistir as comunidades em seus territórios sobre questões da implementação das ações PGTA e outras atividades. Eles também fornecem suporte técnico aos gestores técnicos de outras instâncias de gestão para a tomada de decisão, baseando-se nos resultados do monitoramento.

Os monitores são definidos por um processo participativo e autônomo, onde as lideranças locais, por meio de critérios adequados às suas realidades, definem quem serão os monitores. Em seguida os nomes são validados pela comunidade em oficinas realizadas pela equipe técnica do projeto.

Existe também o monitoramento realizado pela FUNAI, que é o órgão oficial quem tem a competência de promover as ações em territórios indígenas.





Monitoramento realizado pela Fundação Nacional do Índio

A Fundação Nacional do Índio é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Abaixo podemos ver um pouco das competências da FUNAI:

- 1 Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.
- 2 Compete também ao órgão a estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do Monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.
- 3 A atuação da FUNAI está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico.
- 4 Dessa forma fica muito claro que o papel do monitor comunitário não se confundirá com a atuação da FUNAI e demais órgãos de comando e controle, uma vez que o monitor irá somente acompanhar as ações dentro dos territórios, sem desenvolver ações de resolução de conflitos.



© istockphotos

Antecedentes sobre sistemas de monitoramento existentes

No Acre algumas iniciativas de monitoramento em TIs e UCs que já foram implementadas, entretanto a falta de registro e sistematização dos dados ainda é um

grande gargalo a ser superado. Pouco se tem registrado sobre essas experiências, como as descritas a seguir.



O monitoramento acompanhado pela CPI-Acre

(CPI-ACRE, 2019; BIANCHINI & BIANCHINI, 2019)

A Comissão Pró-Índio do Acre de 2004 até agora, por meio do Setor de Geoprocessamento organiza todas as informações geográficas de diferentes características (atributos qualitativos e quantitativos), compondo grande quantidade de camadas e feições geográficas diversas, aglutinadas em temas e que compõem os mapas temáticos. Entre os temas estão: Uso dos Recursos Naturais, Vegetação, Caça, Pesca, Histórico de ocupação, Hidrografia, Linguístico, Ameaças. Essas temáticas foram propostas e criadas pelos próprios indígenas, de acordo com suas demandas e visões territoriais resultando em discussões e reflexões que definiram

e definem suas estratégias de Gestão Territorial e Ambiental.

As informações coletadas sobre os territórios indígenas (Figura 01) têm como fonte os próprios indígenas participantes das oficinas realizadas pela CPI-Acre em suas TIs e durante cursos presenciais no Centro de Formação dos Povos da Floresta na cidade de Rio Branco, Acre. Esta é uma das vertentes metodológicas que contribuem e compõem o sistema de Monitoramento, e que auxilia no mantimento de um fluxo constante de novos registros e atualizações.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas

(CPI-ACRE, 2019; BIANCHINI & BIANCHINI, 2019)

Há duas décadas a CPI-Acre coordena o Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) do Acre. Esta formação teve início em 1996, quando aconteceu o primeiro curso no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF). Além dos cursos intensivos, que acontecem todos os anos no CFPF localizado na zona rural da cidade de Rio Branco, a formação do AAFI também se dá através de intercâmbios, oficinas e assessorias realizadas nas aldeias. A formação promove também as atividades autônomas e à distância dos centros de estudo, com

ou sem a presença dos formadores, consultores e assessores. Existe assim todo um conjunto de ações programadas nos cursos e que são depois realizadas pelos AAFIs, sozinhos ou assessorados.

A 'autoria', marca registrada dos processos educativos desenvolvidos pela CPI-Acre há mais de três décadas, constitui um princípio fundamental na formação dos AAFIs. Através deste princípio, traduzido numa metodologia, os agentes são chamados a pensar, produzir e aplicar os conteúdos do programa curricular relativo à questão



socioambiental, de forma a pôr em relação de sentido seus próprios conhecimentos com os saberes das demais culturas, indígenas e não indígenas. Esta relação entre conhecimento tradicional e novos conhecimentos é chamada de interculturalidade.

Da mesma forma que as demais formações já realizadas pela CPI-Acre nas áreas de saúde (agentes de saúde indígenas) e educação (professores indígenas), a proposta pedagógica de formação dos AAFI segue os princípios da educação intercultural. Isto significa que, além das técnicas, conteúdos e conceitos do saber científico sobre o uso, manejo e a conservação dos recursos naturais, os saberes próprios indígenas sobre o 'meio ambiente' são valorizados e abordados durante os cursos de forma transversal.

Os AAFIs relacionam, enfim, a sua formação à gestão territorial e ao manejo dos recursos naturais e agroflorestais, por meio das atividades desenvolvidas nos modelos demonstrativos do CFPF, no cotidiano de sua terra indígena, especialmente com respeito à segurança alimentar, à saúde e à melhoria da qualidade de vida das suas comunidades, numa perspectiva local, mas também planetária.

Desde 2009, o Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas é reconhecido como curso de ensino médio técnico profissionalizante na área da gestão, através da aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do Acre da Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e Técnica Integrada à Educação Básica de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Resolução CEE Nº

236/2009 e Parecer CEE AC nº 101/2009). Em 2010, formou-se a primeira turma composta por 28 Agentes Agroflorestais Indígenas. Em 2015, formaram-se mais cinco AAFIs. Um resultado importante da atuação desses Agentes Agroflorestais 'veteranos' é demonstrado através dos diferentes modelos da agrofloresta já em fase de produção implementados em suas comunidades.

Atualmente existem no Acre 179 AAFIs, de 14 povos, em 30 terras indígenas, todos com seus "suplentes" (denominação dada por eles), pertencentes a duas famílias linguísticas, Pano e Aruak. Entre os primeiros encontram-se os Huni Kuꞌ (Kaxinawá), Nawa, Jaminawa, Yawanawá, Katukina, Shawãdawá, Shanenawa, Jaminawá Arara, Kontanawa, Nukini, Apolima-Arara e Puyanawá; entre a família Aruak, encontram-se os Ashaninka e Manchineri. Estas terras indígenas estão distribuídas em 11 municípios do Acre e possuem uma área agregada de 2.083.217 hectares. Juntas, compõem uma população aproximada de 17.164 indivíduos que habitam a região da fronteira do Acre com o Peru.

O curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas da CPI-Acre é referência nacional para a formação indígena em gestão ambiental e territorial e já influenciou diversos projetos pelo Brasil afora que também passaram a desenvolver a formação de 'agente ambiental', agente do manejo, agente socioambiental para atuarem com funções semelhantes em suas terras indígenas. Os AAFIs realizam o monitoramento nas terras indígenas anualmente, principalmente durante a reabertura dos limites da TI.

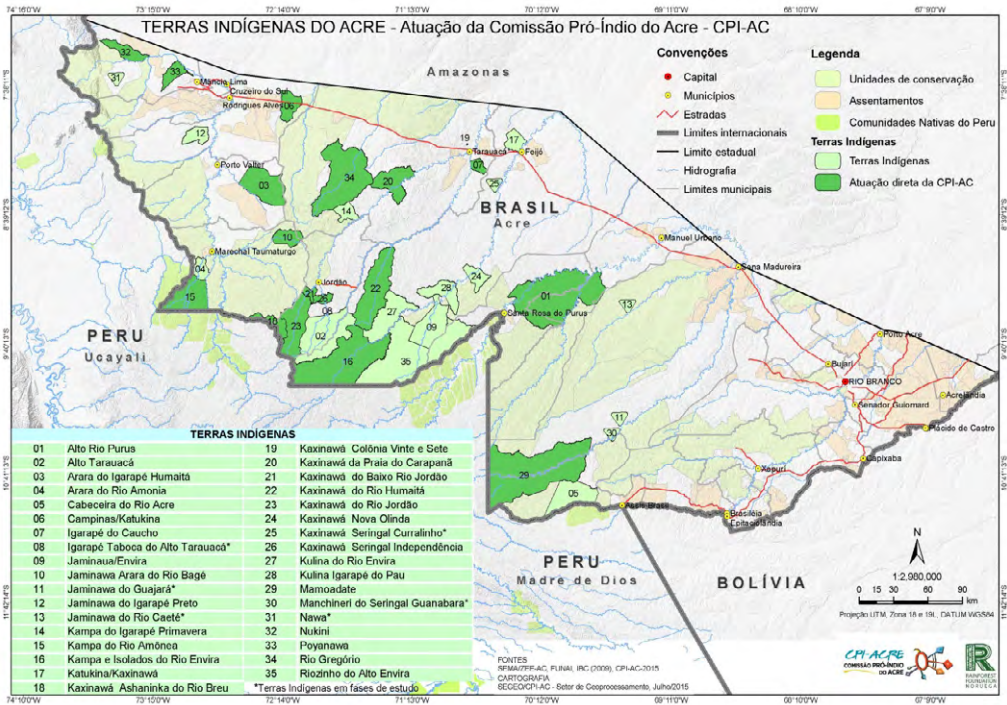
Projeto Sinal Verde

(SABOGAL, 2015)

No estado do Acre, foi desenvolvido um projeto piloto de monitoramento comunitário na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) entre 2014-2015, o projeto Sinal Verde, cujo objetivo era criar um sistema participativo de monitoramento in loco utilizando tecnologias digitais que atendessem às necessidades locais e externas de monitoramento. O projeto gerou dados sobre temas sociais, econômicos e ambientais, e fez uma avaliação independente dos impactos de programas e

políticas públicas ambientais voltadas para a conservação e desenvolvimento dos meios de vida das comunidades extrativistas dentro da RECM. Com estas informações, a iniciativa buscou criar sinergias entre diferentes atores e escalas de governança para auxiliar a gestão compartilhada da RECM e orientar as políticas e estratégias dentro do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) do Estado do Acre, com foco específico nas salvaguardas socioambientais

Figura 01: Área de atuação da Comissão Pró Índio do Acre





Automonitoramento Paiter Surui

(GOMES, 2017)

Os projetos de conservação da biodiversidade da TI Sete de Setembro, localizada entre os estados brasileiros de Rondônia e Mato Grosso começaram em 2009, com a assinatura do Memorando de Entendimento entre os Clãs do Povo Paiter Surui, se iniciaram os estudos para instalação de um Projeto de Carbono baseado nas diretrizes do REDD+ (Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal), um incentivo financeiro desenvolvido pelo Painel das Nações Unidas Sobre Mudanças Climática, para países em desenvolvimento reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa.

Com a implantação do projeto de carbono na TI, e a definição dos eixos temáticos, surgiu a necessidade de se buscar meios de monitorar e garantir a segurança alimentar das comunidades Paiter (Eixo Temático 2 do PCFS), e desta

forma consolidar a ideia dos Paiter Surui de monitorar as atividades de caça realizadas pelos caçadores Paiter Surui. Entre abril de 2012 e junho de 2013 oito pesquisadores indígenas foram treinados e realizaram os censos de mamíferos não-voadores de médio e grande porte em duas trilhas e monitoraram a caça em cinco aldeias da Terra indígena Sete de Setembro (RO e MT).

O monitoramento foi realizado em cinco aldeias (Lapetanha; Joaquim; Nabeke–Dabalakibá; Apoena Meirelles; e Kabaney), A TI Sete de Setembro tem 25 aldeias, a inclusão de apenas cinco no monitoramento foi por limitações de recurso financeiro e por divergências políticas entre as lideranças.



© Leilane Marinho



© Envato Elements

Motivações para o monitoramento

Os problemas das comunidades são diversos (sociais, econômicos, ambientais, políticos, entre outros), frequentemente elas exigem apoio de suas organizações em diversas questões, incluindo aquelas relacionadas ao manejo de recursos naturais, saneamento básico, reclamações sobre invasão territorial, formulação de projetos, educação, entre outros. Quase

sempre é a primeira instância onde as comunidades buscam ajuda. Antes disso, as organizações indígenas por mandato devem atender a essas demandas e dentro de suas possibilidades, orientar, prestar assistência técnica, jurídica, administrativa e comercial. Esse ponto é o mais crítico, pois poucas organizações possuem capacidade técnica para atender a demanda.



Ao mesmo tempo, organizações indígenas são constantemente convocadas pelo estado, entidades privadas e sociedade civil a participar de espaços de discussão e receber suas contribuições, muitas vezes sua participação é limitada do ponto de vista técnico, porque carecem de disponibilidade de pessoal especializado para esses fins, dificultando com ele sua participação efetiva.

O fortalecimento de instrumentos de monitoramento florestal e a criação de sistemas de informação de salvaguardas é um componente fundamental para compreender a eficácia, efetividade e equidade de modelos de territórios indígenas e de políticas e incentivos para implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental. As salvaguardas poderão receber informações do monitoramento por meio dos relatórios que serão produzidos. O Instituto de Mudanças Climáticas é a instituição que coordena o processo de elaboração do reporte de salvaguardas no Acre.

A Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (UCEGEO) do Acre que monitora a cobertura florestal e queimadas no estado, utilizando o sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), está gerando dados precisos sobre a cobertura florestal em TIs. Existe, porém, a necessidade de outras ferramentas de Monitoramento

para entender as dinâmicas locais do uso da terra e meios de vida, cultura, tradição e principalmente as invasões nos seus territórios.

Neste contexto, o monitoramento comunitário pode ser uma ferramenta eficaz de baixo custo para a coleta de informações relevantes. Esse tipo de informação é necessário para fortalecer a gestão e governança em TIs. Este modelo pode também ser importante para gerar oportunidades de capacitação e apropriação local das comunidades dentro estratégias de conservação, uma vez que serão treinados para o uso dessas ferramentas.

COMPREENDER A EFICÁCIA, EFETIVIDADE E EQUIDADE DE MODELOS DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS E DE POLÍTICAS E INCENTIVOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Os resultados do monitoramento realizado pelas comunidades locais poderão ser cruzados com os dados do monitoramento remoto realizado com os dados do

INPE, podendo essas informações ser utilizadas para validar as informações geoespaciais.

Recentemente estão sendo integradas tecnologias digitais (como aparelhos celulares smartphone com capacidade GPS, e drones com câmeras/sensores) para aperfeiçoar a precisão e a rapidez da coleta e análise de dados dentro destes modelos. O uso de tecnologia no Monitoramento serve como uma ferramenta para alinhar os dados gerados no nível local com outras metodologias e escalas de Monitoramento.



Benefícios do monitoramento comunitário para a população e para a conservação dos recursos naturais

O grupo de monitores comunitários, em suma, é uma equipe técnica que fornece suporte com informações em níveis locais, permitindo obter informações qualificadas, melhorando significativamente as propostas para resolução de conflitos nas suas comunidades. Nesse sentido, citamos alguns benefícios específicos que poderão ser alcançados com o monitoramento:

- 1 Realizar o monitoramento dos territórios de forma mais efetiva, uma vez que o monitor comunitário atuará diretamente nas áreas que vive, mostrando a realidade das ações que ocorrem naquela região. Consequentemente as informações serão utilizadas para tornar a tomada de decisão por parte da governança mais participativa, porque a comunidade será ouvida, e segura.
- 2 O monitoramento comunitário também contribuirá diretamente para a gestão dos territórios, uma vez que todas as informações poderão ser utilizadas pelas lideranças para tomada de decisão e para elaboração de projetos para implementação dos PGTA's.
- 3 Os dados coletados contribuirão para a que a governança obtenha um aspecto mais horizontal onde a comunidade será ouvida com mais

frequência e poderá relatar o avanço da implementação das ações e projetos nos seus territórios.

- 4 Contribuirá para um processo de formação profissional do monitor comunitário, uma vez que ele receberá contínuas capacitações por meio de um plano desenvolvido pelo projeto. Uma das principais fortalezas é que as organizações e os conselhos de administração das comunidades possam se empoderar dos dados coletados pelos monitores e utilizem as informações geradas para tomada de decisão, pensando no bem do coletivo. Que as organizações tenham as informações de suas comunidades organizadas, sistematizadas e atualizadas. As informações podem estar organizadas num banco de dados fácil de usar, permitindo que as organizações possam acessá-las primeiro.





Considerações para a criação, formação e consolidação do monitoramento

É importante lembrar que o monitoramento comunitário é uma instância técnica, trabalha e depende da organização indígena, entretanto as associações indígenas nos territórios que o projeto será desenvolvido, estão bastante fragilizadas, inclusive é um ponto de atenção que o projeto pode e deve trabalhar: o fortalecimento institucional dessas organizações.

Entendendo a realidade das organizações de base no estado do Acre, o projeto receberá apoio de outras instituições que possuem larga experiência com o desenvolvimento de ações nesses territórios, ainda assim pensando estratégias de fortalecer essas organizações e promover um instrumento de governança efetivo.



O primeiro passo para a escolha dos monitores é informar as comunidades a respeito do projeto de monitoramento integrando-as ao projeto. Após a comunicação e aceitação do projeto pela comunidade, o monitor comunitário deverá ser escolhido por meio de um processo participativo coordenado pelos próprios líderes da organização, com assistência técnica e facilitação (se assim o decidirem) da equipe técnica do projeto ou da própria FUNAI; é aconselhável evitar a escolha de um candidato por amizade ou de outro forma que não seja benefício coletivo.

A FUNAI também deve ser comunicada e fornecer autorização para que o projeto possa ser desenvolvido. Para além disso a FUNAI também deve fazer parte do monitoramento como receptor e transferidor de informações, assim como órgão que solucionará determinados conflitos e intermediará outros.

Dessa forma, é necessário que:

- As comunidades envolvidas acreditem no monitoramento comunitário como instância técnica dentro de sua estrutura orgânica e que o monitoramento reconhecido pela comunidade e pelos órgãos responsáveis pelas terras indígenas e Parque Estadual do Chandless;
- A responsabilidade política será de responsabilidade das lideranças de cada território, apoiada por instituições indigenistas ou não. O monitoramento será representado pelo monitor comunitário que terá a responsabilidade técnica no projeto;
- Tenha uma assistência e apoio técnico de um profissional responsável e uma equipe técnica auxiliar;

Monitores Comunitários e Indígenas

Função dos monitores

A seleção do monitor será democraticamente baseada em um perfil adequados e capacidades técnicas. As principais funções a serem desenvolvidas são:

- Realizar periodicamente ações de monitoramento baseados nos alvos definidos nas oficinas de apresentação do projeto;
- Auxiliar tecnicamente as comunidades em questões referentes ao manejo dos recursos naturais;
- Acompanhar e representar as comunidades (quando assim decidido) nos momentos de apresentação dos resultados, procedimentos de denúncias, participação em eventos, entre outras atividades destinadas a fortalecer a gestão de territorial;



- Apoio na formulação e implementação de projetos;
- Desenvolvimento do banco de dados com resultados do monitoramento comunitário;
- Contribuir para o gerenciamento do monitoramento e fortalecimento da governança das florestas comunitárias;
- O Monitor trabalhará na sua própria aldeia e irá realizar expedições para o monitoramento conforme cronograma que será definido posteriormente junto à equipe técnica do projeto.
- O Monitor comunitário receberá auxílio financeiro.

Em caso de violação fundamentada de suas funções do monitor, ele pode ser removido de sua responsabilidade.

Perfil dos monitores

- O monitor comunitário será indicado pelas lideranças e passará por um processo de validação;
- O monitor deverá apresentar afinidades com a governança local e interesse por aprender aspectos tecnológicos para o monitoramento;
- Pode ser homem ou mulher, é desejável no momento da escolha dos monitores buscar alcançar uma representatividade feminina;
- É desejável que o monitor escolhido tenha alguma experiência ou conhecimento sobre plano de gestão territorial, legislação, gerenciamento do uso de equipamentos de escritório e de campo;
- Ser honesto e reconhecido pelos membros da organização ou comunidades;
- É desejável ter habilidades de comunicação: saiba como se comunicar bem com os outros membros da comunidade - de preferência dominando o idioma nativo;
- Ter predisposição para trabalhar em equipe e vocação para ensinar;
- É desejável que tenha conhecimentos de informática e capacidade de leitura básica.



A seleção dos monitores será realizada por meio das lideranças locais em colaboração com a equipe do projeto e demais órgão envolvidos. O processo deve ser transparente e participativo e deve considerar todos os critérios do perfil do monitor. Espera-se que o projeto Amazônia 2.0 forneça as seguintes oportunidades aos monitores escolhidos.

- Subsídios para a execução de monitoramento comunitário;
- Formação e capacitação;
- Ajudar a comunidade na Gestão Territorial;
- Ajudar a implementar o PGTA;
- Informar os órgãos competentes sobre ilícitos nas TIs;
- Intercambio com outras realidades e projetos.

Funções e competências do monitor florestal comunitário e indígena

O monitor poderá desenvolver uma agenda de atividades na sua comunidade que contribua para o desempenho da implementação dos Planos de Gestão Territorial Indígena. Dessa forma, por meio do Monitoramento, o monitor irá fornecer insumos suficientes para que os atores da governança possam causar incidência sobre as políticas públicas com as informações do Monitoramento.

Direitos, deveres, responsabilidades e obrigações

Direitos do monitor comunitário

O monitoramento habitualmente não é uma atividade remunerada, uma vez que os benefícios chegam de forma secundária para toda comunidade, entretanto, no âmbito do projeto Amazônia 2.0 os monitores receberão uma ajuda de custo para subsidiar suas necessidades durante o exercício da função.

Sem prejuízo dos direitos administrativos, o monitor pode ter alguns benefícios em organizações para fortalecer seu envolvimento no projeto e capacidade de gestão, como:

- Ser credenciado pela organização e ser apresentado a entidades públicas e privadas como um ator comunitário que exerce importante papel na sua comunidade;
- Receber treinamento, participar de eventos e reuniões que fortaleçam seu aprendizado e consequentemente, seu desempenho em nível local, nacional e internacional.
- Respeite as decisões políticas da organização e não tomar decisões que não correspondam com sua posição;
- Manter registros e documentos atualizados;
- Cumprir os cronogramas e compromissos assumidos para o monitoramento;

Obrigações do monitor comunitário

- Cumprir com a agenda e funções do monitoramento comunitário;
- Ter relatórios mensais de atividades e apresentá-los aos técnicos e à coordenação do projeto de monitoramento;
- Garantir a segurança e manutenção permanente dos equipamentos e materiais do monitoramento





© Luana Alencar

Instrumentos de apoio ao monitoramento

O monitoramento comunitário requer colaboração de outros instrumentos de gestão, uma vez que as informações

coletadas necessitarão de ações para que possam ser resolvidas as diferentes questões levantadas.



Roteiro para o Monitoramento Comunitário

É o presente documento, que é um instrumento dinâmico e orgânico que pode ser ajustado e atualizado à medida que ocorrem os cenários que, como dissemos, tem o objetivo de orientar e propor e as ações de monitoramento.

Plano de Trabalho Anual do Monitoramento

Conforme indicado, é importante e necessário que exista um Plano de Trabalho Anual do Monitoramento, o mesmo que deve ser apresentado às lideranças e a comunidade nas reuniões de gestão no início do ano e aprovado por esta instância, onde todas as atividades que se pretende desenvolver durante o ano são citadas para cada grupo. Poderão ocorrer ações que não foram previstas e serão apresentadas ao final do processo.

Plano de Capacitação

É uma ferramenta importante que permitirá estruturar o planejamento de treinamento para os monitores comunitários e demais membros das comunidades indígenas e do parque estadual. O plano deve estabelecer objetivos claros para cada grupo de interesse, um plano de estudos que responda às necessidades com um cronograma para seu desenvolvimento, indicando os responsáveis por sua implementação, recursos necessários, desenvolvimento de materiais para consulta, guias etc. Também é importante mencionar qual seria o método de avaliação.

Sistema de Informação/ Base de Dados

Como mencionado anteriormente, essa é uma ferramenta importante que deve registrar informações atualizadas das comunidades. Há informações que são definidas e não variam muito ao longo dos anos, como dados legais da comunidade local etc., mas existem outras que variam e merecem ser permanentemente atualizadas.

Plano de Comunicação e Incidência

É uma ferramenta que ajuda a melhorar os mecanismos de comunicação, define como as mídias serão utilizadas e propõe medidas mitigadoras de eventuais conflitos na gestão do projeto.



Plano de Monitoramento da Gestão do Projeto (Técnico e Financeiro)

Todo planejamento ou execução programática requer monitoramento de execução e ou impactos, portanto o projeto de monitoramento não deve ser uma exceção, pois requer um plano de monitoramento interno, cujos resultados devem servir como alerta e provocar decisões oportunas que melhoram seu gerenciamento. As lições aprendidas, feedback e aplicação de medidas corretivas com indicadores claros de desempenho e cumprimento de cronogramas, são ótimos indutores de uma boa execução.

Plano de Levantamento de Recursos e Financiamento

Essa pode ser uma das questões mais importantes, porque todas as questões relativas ao projeto podem ser claras, mas primeiro é necessário organizar recursos financeiros para as ações de monitoramento, que é uma atividade que requer recursos periodicamente.

Um bom começo é preparar o plano de trabalho para saber quanto orçamento é necessário, tanto para o ideal quanto para o básico. Há atividades e ações que mencionamos que não exigem grandes orçamentos, é um trabalho interno com os recursos disponíveis e o gerenciamento colaborativo com entidades envolvidas. Portanto, é importante identificar quais atividades requerem um orçamento extra

e quais podem ser desenvolvidas internamente e que não exija grandes orçamentos.

Quando o plano de trabalho estiver definido, é recomendável adaptá-lo a um formato de projeto que não contemple apenas atividades por um ano, mas ampliando para até 03 (três) conforme o caso. Nesse momento serão identificados claramente os objetivos, os resultados a serem alcançados, as principais atividades, cronograma e orçamento. Todos esses itens precedidos de uma boa justificativa da razão pela qual da proposta e qual o cenário na ausência do projeto, sem dúvida citando as capacidades institucionais da organização e a experiência em gestão de fundos. Com isso, deve-se realizar reuniões com entidades colaboradoras, enviar propostas, participar de chamadas públicas, solicitar apoio a projetos e entidades amigas etc.

Todos os itens acima mencionados podem ser inseridos entre outras ações de um plano de captação de recursos da organização que, sem dúvida, contribuirá para a sustentabilidade do monitoramento.

Sistematização da Experiência

Recomenda-se que sejam estabelecidos elementos de registro de informações que permitam uma rápida e planejada sistematização. Uma boa iniciativa seria ter relatórios anuais sobre o trabalho do monitor, realizando o progresso no planejamento inicial, destacando os fatores de sucesso, também os erros cometidos, limitações e oportunidades apresentadas.



© istockphotos

Atividades de monitoramento a serem desenvolvidas



Descrição das Funções do Monitor Comunitário

- Coletar informações e insumos sobre os temas definidos como “alvos para o monitoramento”;
- Relatar e reportar as informações coletadas no monitoramento;
- Representar a comunidade em reuniões com as instituições parceiras do projeto e que podem ajudar a resolver conflitos;
- Contribuir para a implementação dos PGTAs.

Ações a serem desenvolvidas pelo monitor

- Coletar informações e registrar em um banco de dados físico e digital, referente ao status legal dos territórios, comunidades, implementação dos PGTAs (quais projetos já foram iniciados, quais finalizaram), organização sociopolítica das comunidades, população, serviços públicos (escola, posto de saúde, barco);
- Realizar reuniões com representantes e equipe técnica da CPI-Acre, FUNAI, IMC, SEMA e demais parceiros do projeto;
- Relatórios de alerta precoce e comunicá-los com maior agilidade possível;

- Preparar com o apoio de profissionais e organizações parceiras ligadas a gestão de territórios, desenhos de projetos onde se espera ter um portfólio para contribuir com a sustentabilidade.

Função de Representação Técnica na Comunidade

Possíveis Impactos do Monitoramento

- Criação de uma nova categoria de liderança;
- Coleta de dados sensíveis para a comunidade;
- Mudança de atividade tradicional;
- Gerar riscos físicos potenciais.

Medidas para gerir os riscos

- Desenvolver um diálogo aberto com as lideranças;
- Desenvolver um protocolo de acesso a informação;
- Desenvolver um calendário de atividades adequado a realidade de cada monitor;
- Não incentivar Monitoramento em regiões de alta incidência de atividades irregulares.



© Josy Pinheiro. CPI-Acre. TI Alto do Rio Purus

Alvos de monitoramento

Para desenvolvimento dos alvos a serem monitorados ocorreram três oficinas de Capacitação Inicial em Monitoramento Comunitário no Projeto Amazônia 2.0, nas cidades de Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Assis Brasil, de maneira que foram levantados temas, junto aos

participantes, que serão utilizados como alvos a serem monitorados. Os temas são diretamente relacionados com a realidade das comunidades e dialogam com as necessidades de informação por parte das instituições que desenvolvem ações em TIs.



Manoel Urbano - TI Alto Purus e Parque Estadual do Chandless

No dia 22 de outubro reuniram-se em Manoel Urbano representantes indígenas dos Povos Huni Kui, Madijá da Terra Indígena Alto Purus e lideranças do Parque Estadual Chandless (PEC), para discutirem aspectos do Projeto Amazônia 2.0. O encontro ocorreu nas dependências do Centro Cultural e contou com cerca de 70 participantes (sendo importante lembrar que o previsto era a participação somente dos monitores indígenas). Os participantes estavam divididos entre os povos Madijá, Huni Kui e moradores do PEC, que falam línguas distintas, esse fator dificultou um pouco a comunicação, uma vez que a tradução precisava ser feita em dois momentos.

Para os povos indígenas e moradores do PEC o monitoramento trará diversos benefícios que vão desde o monitoramento em si até a capacitação dos monitores envolvidos. Dessa forma podemos observar na lista abaixo as diversas oportunidades esperadas pelo público-alvo do projeto de monitoramento:

Povo Madijá e Huni Kui - TI Alto Purus - Manoel Urbano e Parque Estadual do Chandless

- Possibilidade de cuidar da terra
- Realizar aberturas de Picadas
- Marcação anual dos limites
- Morar dentro da terra
- Colocar roçados
- Acordos comunitários entre povos
- Poder Monitorar as plantações

- Resolver conflitos territoriais
- Buscar melhorias para escoar a produção
- Capacitação para escrever projetos
- Melhorar armazenamento da produção
- Melhorar a renda da comunidade
- Implementar os planos de gestão
- Monitorar a biodiversidade (fauna e flora)

Na lista a seguir podemos observar o que os indígenas e comunitários esperam monitorar por meio dos alvos discutidos por eles durante a capacitação inicial. De maneira que é possível observar que os temas são diversos e alguns deles são bem sensíveis as comunidades, como é o caso das rotas do tráfico, que é um tema que requer bastante atenção uma vez que a competência de monitorar é de outros órgãos

Alvos de Monitoramento Povo Madijá e Huni Kui - TI Alto Purus - Manoel Urbano e Parque Estadual do Chandless

- Rotas de tráfico de drogas
- Pessoas que vem de fora para tirar ovos de tracajá
- Indígenas que pegam as melancias dos moradores da PEC
- Estrangeiros entrando nas Tis
- Pessoas que vem caçar clandestinamente
- Pessoas que vem retirar madeira
- Pessoas que vem fazer canoas



Santa Rosa do Purus – TI Alto Purus

No dia 26 de outubro reuniram-se em Santa Rosa representantes indígenas dos Povos Huni Kui e Madijá na cidade de Santa Rosa do Purus para debaterem sobre a implementação do Projeto Amazônia 2.0 e quais os possíveis alvos de monitoramento.

No primeiro momento foi apresentado o que é o monitoramento comunitário e monitoramento indígena e quais ferramentas serão utilizadas para as atividades de campo, como smartphone e notebooks. Nesse encontro também foi possível discutir sobre o papel do monitoramento na implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

Para os povos indígenas e moradores do Parque Estadual Chandless o monitoramento trará diversos benefícios que vão desde o monitoramento em si até a capacitação dos monitores envolvidos. Dessa forma podemos observar na TABELA 04 as diversas oportunidades esperadas pelo público-alvo do projeto de monitoramento.

Observar esses pontos e monitorá-los como indicadores de impacto do projeto pode ser uma estratégia muito interessante para os objetivos do projeto. Ambas as comunidades esperam resultados efetivos do monitoramento e das ações que envolvem essa iniciativa.

Benefícios do monitoramento (povo Madijá e Kaxinawá)

- Possibilidade de cuidar da terra
- Realizar aberturas de Picadas
- Marcação anual dos limites
- Morar dentro da terra
- Colocar roçados
- Acordos comunitários entre povos
- Poder Monitorar as plantações
- Resolver conflitos territoriais
- Buscar melhorias para escoar a produção
- Capacitação para escrever projetos
- Implementar os planos de gestão

Na próxima lista podemos observar o que os indígenas e comunitários esperam monitorar por meio dos alvos discutidos por eles durante a capacitação inicial. De maneira que é possível observar que os temas são diversos e alguns deles podem ser resolvidos e diluídos dentro das próprias comunidades, como é o caso da pesca com tinguí.

Alvos a serem monitorados

- Rotas de tráfico de drogas
- Pessoas que vem de fora para tirar ovos de tracajá
- Indígenas que pegam as melancias dos moradores da PEC
- Entrada de pessoas estranhas para realizar pesquisas



- Pessoas que em caçar clandestinamente
- Pessoas que vem retirar madeira
- Pessoas que vem fazer canoas
- Pesca com Tinguí
- Pesca ilegal
- Caçada com cachorros
- Monitorar Regimento interno
- Monitorar freteiros
- Monitorar as obras

Assis Brasil – TI Mamoadate

A TI Mamoadate é uma das poucas terras que possuem uma estratégia de vigilância e proteção do território já definida e em processo de implementação. Para as estratégias de “monitoramento e vigilância” também foram abordadas algumas diretrizes da legislação, que orientam a participação indígena nas ações, além das políticas indígenas que respaldam os indígenas para a proteção e gestão dos territórios, e monitoramento dos isolados

Para elaboração do plano ocorreram várias oficinas, a principal delas ocorreu na TI Mamoadate e contou com a participação de 20 indígenas dos povos Manchineri e Jaminawa da Terra Indígena

Mamoadate, representados por 10 lideranças Jaminawa e 10 lideranças Manchineri de 16 aldeias. Esta oficina teve o caráter formativo para discutir as estratégias de gestão territorial e ambiental, focando nas temáticas “Monitoramento e Vigilância”, que vêm se tornando necessárias no âmbito das discussões e reflexões para fortalecer as ações de gestão ambiental, Manchineri e Jaminawa, para a proteção de sua terra indígena, nas linhas de formação continuada para professores, agentes agroflorestais, entre outras lideranças, nas quais a CPI-Acre vem trabalhando, na tabela 06 mostra os resultados da elaboração do plano de monitoramento.

Grupo de Indicadores

O grupo de indicadores são elementos macro que poderão ser utilizados para orientar a elaboração de relatórios e sua destinação, exemplo: os dados que contenham informações populacionais pertencem ao grupo de indicadores 1 que serão desenvolvidos em parceria com instituições que se interessam por esse tipo de informação.

- 1 População Indígena e moradores do PEC – tabela com população indígena das terras indígenas em que o projeto atua. Fontes secundárias de outras instituições (SESAI, FUNAI, SEMA-Acre) também podem ser utilizadas para complementar os dados populacionais.



- 2 Recursos Naturais, manejo e uso da terra – as informações se concentrarão em tabelas de atributos das camadas geográficas mapeadas durante as oficinas de etnomapeamento, compondo um banco de dados geográfico de todas as informações geradas pelo Setor de Geoprocessamento durante as oficinas nas terras indígenas. Muitas destas informações também se encontram em tabelas dos “Etnolevantamentos” realizados durante os cursos presenciais e viagens de assessorias e oficinas às terras indígenas, anteriores à integração de geotecnologias e espacialização das informações.
- 3 Povos Indígenas Isolados – as informações poderão estar organizadas em um banco de dados geográficos com atributos (qualitativo) e registros com vestígios de sua presença e avistamentos.
- 4 Ameaças – São informações também georreferenciadas, identificando os tipos e quantidades, origens e níveis (desde simples invasões de caçadores à projetos de governo com empreendimentos de obras como barragens, estradas etc.).
- 5 Gestão Territorial e Ambiental nas TIs e Plano de Manejo do PEC– terras indígenas com Planos de Gestão, implementação, avanços, avaliação e atualização das ações indígenas sobre o território.

Tabela 1: Plano de vigilância e monitoramento da TI Mamoadate

O que monitorar?	Onde/ como?	Quem participa?	Quando?	O que é necessário para realizar a atividade?
Ramal para retirada de madeira	Igarapés Samarrã, Mamoadate e Riozinho monitorar a retirada de madeira nos limites da TI	AAFI são os responsáveis de organizar a equipe que vai fazer o monitoramento.	Janeiro 2017: Jaminawa Dezembro 2016: Manxineru	SEMA – formação para as ações de monitoramento (GPS) e acompanhamento, apoio na logística. (combustível) e equipamentos (GPS, barcos, motor etc.) FUNAI – Contribuir na formação e acompanhamento para aplicação da Lei, apoio na logística (combustível) Ministério Público - Promover a lei para garantir os direitos CPI-Acre – Formação para as ações de monitoramento (GPS), assessoria, apoio na logística (combustível), ferramentas e equipamentos AAFI e equipe – Elaborar relatórios e encaminhar aos órgãos competentes. Comunidade - Elaborar documento solicitando providencias. Ocupar a área dos igarapés Samarrã e Mamoadate com aldeias Comunidade do Icuriá – Lideranças Manchineri e Jaminawa, vão promover uma reunião com os representantes da associação e famílias para validar o apoio as reivindicações realizadas. ICMBIO/IBAMA – Serão informados sobre as ações de monitoramento realizadas na TI Mamoadate.



Plano de monitoramento

O plano de monitoramento é o documento que irá orientar as ações de forma organizada e planejada, construindo um cronograma mensal de atividade a serem desenvolvidas pelos monitores comunitários, como podemos ver na tabela 2.

Dessa forma, observando os alvos de monitoramento, teremos uma coleta de dados mensal e seu reporte de acordo com a disponibilidade dos monitores a estarem nas cidades e acessarem a internet.



Tabela 2: Plano de vigilância e monitoramento

TI Alto Purus	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Ação	Quem comunica	Logística / Insumos
1	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	Combustível
2	2 monitoramentos nos barreiros.	Observar quais caças mais ameaçadas.	2 monitoramentos nos barreiros.	Observar quais caças mais ameaçadas.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	—
3	Diária.	Diária.	Diária.	Diária.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	Combustível
TI Mamoadate							
1	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	Combustível
2	2 monitoramentos nos barreiros.	Observar quais caças mais ameaçadas.	2 monitoramentos nos barreiros.	Observar quais caças mais ameaçadas.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	—
3	Diária.	Diária.	Diária.	Diária.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	Combustível
Parque Estadual do Chandless							
1	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	6 monitoramentos nas áreas de alta pressão.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	Combustível
2	2 monitoramentos nos barreiros.	Observar quais caças mais ameaçadas.	2 monitoramentos nos barreiros.	Observar quais caças mais ameaçadas.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	—
3	Diária.	Diária.	Diária.	Diária.	Relatório com informações coletadas.	Técnicos do projeto; FUNAI.	Combustível

- 1 Monitoramento nas áreas de alta pressão de invasão na Terra indígena
- 2 Monitoramento da ocorrência de caça
- 3 Monitoramento da ocorrência de pesca



© Luiz Henrique Medeiros Borges / Parque Estadual Chandless

Aspectos logísticos

A Amazônia brasileira requer uma atenção especial quando falamos de logística para atividade de campo. Durante muitos anos esse elemento de despesa foi questionado pelos financiadores, que não entendiam a motivação de ser onerosa. Na TABELA 08 podemos observar quais

localidades possuem energia elétrica, internet e outros elementos de logística. Esse componente deverá ser atualizado frequentemente. Na figura 1 e 2 podemos observar os mapas mentais das aldeias e as localizações de onde podem ser encontrados energia elétrica, internet e gerado.



Tabela 4:
Informações logísticas
da TI Mamoadate

● Sim ● Não

Território	Energia elétrica	Gerador	Telefone (orelhão)	Sinal de celular	Internet	Tipos de acesso	Distâncias	Combustível	Reunião
Peri	●	●	●	●	●		1/2 dia (verão)	40 L	Extrema/Jatobá
Betel	●	●	●	●	●		1/2 dia (verão)	41 L	Extrema/Jatobá
Extrema	●	●	●	●	●		1 dia (verão)	80 L	Extrema/Jatobá

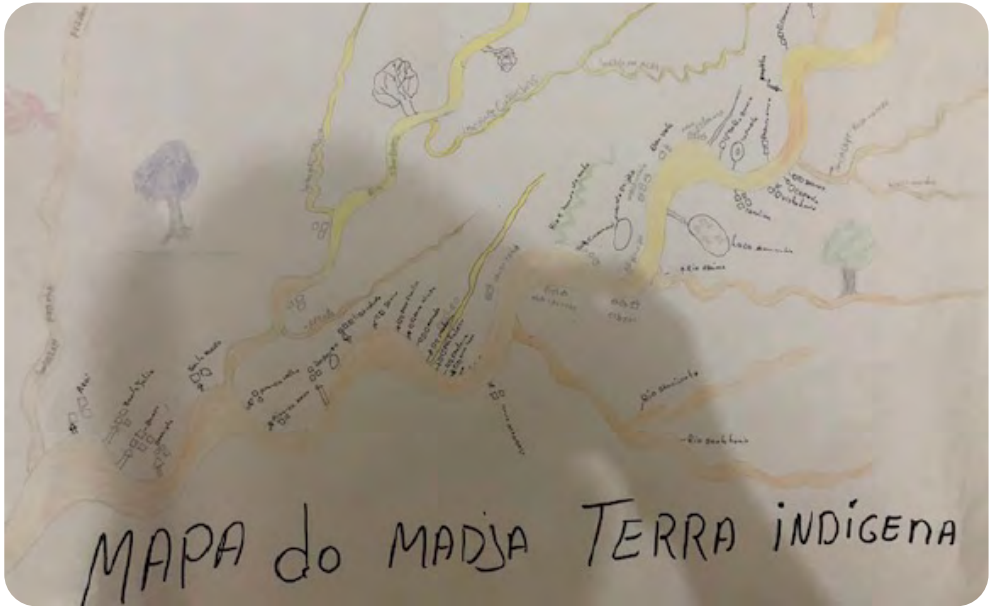
Tabela 5:
Informações logísticas
da TI Alto Purus

● Sim ● Não

Território	Energia elétrica	Gerador	Telefone (orelhão)	Sinal de celular	Internet	Tipos de acesso	Distâncias	Combustível	Reunião
Nova família	●	●	●	●	●		—	—	—
Fortaleza	●	●	●	●	●		—	—	—
Porto Rico	●	●	●	●	●		—	—	—
Aliança	●	●	●	●	●		—	—	—
Novo Recreio	●	●	●	●	●		—	—	—
Nova Moema	●	●	●	●	●		—	—	—
Caaná	●	●	●	●	●		—	—	—
Dois irmãos	●	●	●	●	●		—	—	—
São Vicente	●	●	●	●	●		—	—	—



Mapa dos Madjá na TI Alto Purus - Localização de internet, energia elétrica e gerador



Mapa dos Huni Kui na TI Alto Purus - Localização de internet, energia elétrica e gerador





© Comissão Pró-Índio do Acre

Sustentabilidade financeira

importantes, uma vez que monitoramento é uma atividade que requer um alto investimento e nem sempre é visto como um elemento prioritário. Dessa forma é necessário realizar o planejamento de como o recurso será administrado e como os projetos podem inserir nos seus orçamentos o monitoramento. Uma importante estratégia para o que se refere aos estados da Amazônia brasileira é estabelecer uma relação muito

próxima das comunidades e com as instituições que desenvolvem ações de Redução de Emissão de Gases do Efeito Estufa por meio da Estratégia Nacional para REDD+. Essas iniciativas, em sua estrutura metodológica, requerem monitoramentos efetivos de campo e habitualmente destinam orçamentos para essas atividades. Na tabela 09 podemos observar o planejamento financeiro para o projeto.

Planejamento financeiro do projeto

Gastos com capacitação

- Processo de capacitação do processo completo de monitoramento florestal - Associação UICN (EUR) Valor total: 48.790,00

Recursos Humanos

Salários (Incluindo encargos financeiros)

Grupo técnico do projeto:

- Coordenador do projeto no Brasil - 100% -Associação UICN
- Valor mensal (EUR) 3.280,00 (mensal) 39.360,00 (anual)

Grupo administrativo e de apoio:

- Assistente administrativo, logístico. Associação UICN. Valor mensal (EUR) 2.680,00 (mensal) 32.160,00 (anual)
- Assistente de apoio técnico local. Associação UICN. Custo Anual (EUR) 2.709,33

Monitores florestal comunitários in situ- Associação UICN

- Anual: (EUR) 24.384,00

Custo com veículos

- Combustível para atividade de monitoramento. -Associação UICN
- Quantidade em Litros = 2590. Valor do Litro 1,42 (ERU) Valor total (EUR) 3.669,00

Custo de conferências e seminários

- Atividade de visibilidade
- Apresentação dos avanços nos espaços nacionais e subnacionais. Associação UICN (EUR) 15.613,00
- Eventos para participação dos povos indígenas nos espaços estratégicos de incidência. Associação UICN. (EUR) 14.637,00

Recursos para missões e viagens

- Recursos para viagens internacionais Brasil. Associação UICN. Valor por dia 189,74 (x28dias) Total (EUR) 5.312,6
- Recursos Brasília/Rio Branco/Brasília. Associação UICN. Valor por dia 155,07 (x84dias). Valor total 13.025,89

- Visitas nas comunidades para acompanhamento e monitoramento florestal em cada comunidade chave. Associação UICN. Valor total (EUR) 5.890,00

Viagens

- Voos internacionais. Associação UICN. Preço por unidade: EUR 1.030,72 x 4 unidades = Valor total: (EUR) 4.122,86
- Voos Brasília/Rio Branco. Associação UICN. Custo por Unidade: EUR 912,92 x 12 unidades = Valor total: (EUR) 10.955,03





Desafios e conclusões

Apesar dos benefícios e oportunidades que vêm se demonstrando, ainda existem desafios na integração, valorização e uso de dados provenientes de iniciativas locais de monitoramento por parte de sistemas e instituições em outras escalas. O monitoramento deve gerar resultados que possam ser utilizados nos processos de tomada de decisão

nos diversos níveis de governança. O empoderamento das comunidades e da informação é fundamental, mas ele continua sendo um desafio por existirem barreiras na geração de resultados acessíveis e facilmente compreensíveis por membros da comunidade, assim como falta de valorização e capacidade institucional ao nível de base



As atividades de monitoramento com base comunitária também se tornam mais difíceis e limitadas (quanto ao acesso á informação), quando estão presentes níveis baixos de coesão social e conflitos sobre os direitos de uso dos recursos florestais. Relações históricas com órgãos do governo, geram desafios na coleta de dados. O monitoramento de vetores de desmatamento e uso da terra é frequentemente relacionado com fiscalização e multas por autoridades causando resistência e desconfiança por parte dos membros da comunidade no fornecimento de informações e realização de atividades.

Existem também desafios logísticos na coleta de dados e disseminação de informação em áreas de remotas. O tamanho do território e dispersão demográfica das unidades familiares dentro desses dificultam o monitoramento. Estas realidades aumentam os custos de transporte, o tempo necessário para realizar a coleta de dados os quais impactam a disponibilidade e a capacidade de retenção dos monitores.

Vale salientar que os resultados obtidos pelo projeto devem ser entendidos como uma fotografia da situação atual nos territórios por ser uma amostra da população total, durante um período. Também é importante que perguntas sensíveis relacionadas à extração de madeira e

caça, por exemplo, também podem gerar resultados incompletos pela natureza das perguntas e pela desconfiança dos extrativistas já que existem planos e regulações quanto ao uso destes recursos florestais dentro da reserva.

Conclusão

Existe uma necessidade de informação sobre o estado das florestas e povos que as habitam, sobre os estoques e fluxos de carbono, a biodiversidade, e os im-

pactos de esforços de conservação e ameaças. A disponibilidade destas informações será fundamental para atingir, entre outros objetivos, uma eficiente e efetiva governança florestal e tomada de decisão.

AS FLORESTAS PODEM SER MONITORADAS POR COMUNIDADES. PORÉM SERÁ NECESSÁRIO AVANÇAR E ALINHAR METODOLOGIAS E FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO EXISTENTES, E INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

Os resultados dessa experiência e de outras iniciativas no mundo mostram que as florestas podem ser monitoradas por comunidades. Porém será necessário avançar e alinhar metodologias e ferramentas de monitoramento existentes, e incentivar a criação de mecanismos financeiros e ações institucionais que possibilitem a longevidade e a incorporação destes modelos em sistemas fixos de monitoramento e estratégias de conservação florestais.



Referências bibliográficas

BAVARESCO, A.; MENEZES, M. (2014), Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai. 90p. Disponível em: http://cggamgati.funai.gov.br/files/2414/8839/5161/Entendendo_a_PNGATI.pdf. Acessado em: 2 novembro de 2019.

BELIK, D. (2019), Diagnóstico Amazônia 2.0. – Brasília: UICN-Brasil. 93 p.

BIANCHINI F.; BIANCHINI P. C. (2007), Os agentes agroflorestais indígenas do Acre. Agriculturas, v4, 2. Disponível em: http://aspta.org.br/files/2019/10/Agriculturas_Julho-2007-Artigo-4.pdf. Acessado em: 14 dezembro 2019.

CPI-Acre (2004), Formação dos agentes agroflorestais indígenas do Acre. - Rio Branco: CPI-Acre. Disponível em: <https://cpiacre.org.br/formacao-de-agentes-agroflorestais-indigenas/>. Acessado em: 8 dezembro 2019.

GOMES, A. S. R. (2017), Automonitoramento Paiter Surui sobre o uso de mamíferos de médio e grande porte na terra indígena Sete de Setembro, Cacoal, Rondônia, Brasil. – Porto Velho: Kanindé. 42p. Disponível em: http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2018/02/pdf_web.pdf. Acessado em: 8 outubro de 2019.

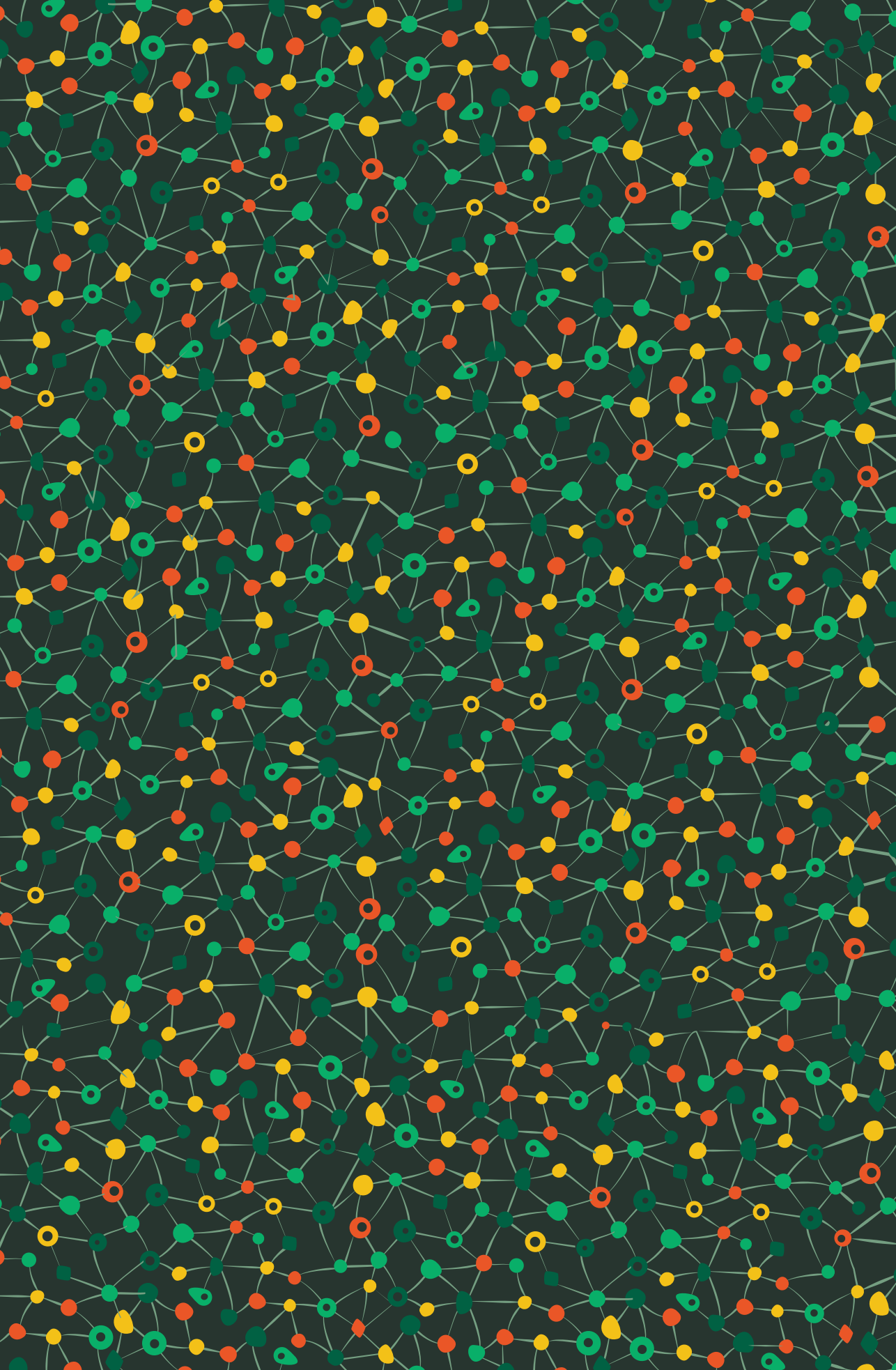
LOPES, L. L. L. (2019), Atualização do Diagnóstico Situacional das Terras Indígenas Mamoadate e Alto Purus, e do Parque Estadual Chandless, de forma a contar com uma linha de base para o Projeto levando em conta as recentes mudanças em nível federal e estadual em decorrência das mudanças de governo, no âmbito do Projeto Amazônia 2.0 no Brasil. – Brasília: UICN-Brasil. 93 p.

MONTE, N. L.; GAVAZZI, R. A.; SENA V. O. (2015), Plano de Gestão Territorial e Ambiental Jaminawa e Manchineri para a Terra Indígena Mamoadate. – Rio Branco: MAPKAHA, OCAEJ, AMAAIAC & CPI/AC. 79 p. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/2017/pgta-ti-mamoadate.pdf>. Acessado em: 10 novembro de 2019.

OLIVEIRA, D. (2019), Diagnóstico: Amazônia 2.0. – Brasília: UICN-Brasil. 93 p.

SABOGAL, D. et al (2015), Monitoramento florestal comunitário: Experiências na Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre-Brasil. GCP-UK. 22p. Disponível em: http://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/Projeto_Sinal_Verde_set2015.pdf. Acessado em: 19 setembro de 2019.

SEMA-AC (2020), Terras Indígenas do Acre. – Rio Branco: SEMA-AC. Disponível em: <http://sema.acre.gov.br/terras-indigenas/>. Acessado em: 17 fevereiro de 2020.





**Plano orientador para o monitoramento territorial
em Terras Indígenas e Unidades de Conservação**

Fevereiro de 2020. Rio Branco (AC) Brasil

Financiado por



União Europeia



Parceiros